



Repercussões do Racismo na Alimentação e Nutrição da População Negra Brasileira

Ana Beatriz Almeida Santos¹ , André Dias Araujo¹ , Ingra Gabriela de Oliveira Almeida¹ , Gabriela dos Santos Vilasboas²  e Vivian Carla Honorato dos Santos de Carvalho^{1*} 

Introdução: O racismo trata-se de segregar um indivíduo ou coletivo por sua origem étnica e de persistir formas de exclusão, sendo considerado estrutural já que ele alcança todas as organizações da sociedade. A população negra possui barreiras referentes à saúde como consequência do racismo, as quais causam impactos importantes na alimentação e nutrição da população. **Objetivo:** descrever os aspectos que estruturam o racismo alimentar no Brasil e seus impactos na saúde da população negra. **Métodos:** Trata-se de um estudo de revisão de literatura, utilizando como metodologia a busca bibliográfica nas bases de dados do Scielo, Bireme e Periódico Capes, entre os períodos de 2012 a 2022, a fim de reconhecer estudos publicados sobre o tema. **Resultados e Discussão:** Foram selecionados 20 estudos que atenderam os critérios de elegibilidade. Foi possível observar que ser negro no Brasil está relacionado diretamente aos declínios do acesso a serviços fundamentais como saúde, educação, renda, valorização dos saberes ancestrais, o que gera impacto na possibilidade de viver com dignidade da população negra. Um espelho dessa situação são os dados de insegurança alimentar os quais expõem como a população negra é mais afetada por essa questão. Conclui-se que se faz necessário o aprimoramento dos programas de políticas públicas que atuem de fato no acesso dessa população aos serviços básicos para uma qualidade de vida ideal que todos merecem.

Palavras-chave: Segurança Alimentar, Racismo, Direito Humano à Alimentação Adequada, Saúde das Minorias Étnicas.

Repercussions of Racism on Food and Nutrition of the Brazilian Black Population

Introduction: Racism involves segregating an individual or group based on their ethnic origin and perpetuating forms of exclusion, which is considered structural as it achieves all sectors of society. The black population faces barriers related to health as a consequence of racism, which has significant impacts on the food and nutrition of the population. **Objective:** To describe the factors that compose food racism in Brazil and its impact on black

¹ Instituto Multidisciplinar em Saúde, Universidade Federal da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Endereço para correspondência: *E-mail:* vihonorato@hotmail.com.

² Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

population's health. **Methods:** This is a literature review study, using bibliographic searches in Scielo, Bireme, and Periódico Capes databases from 2012 to 2022 to identify published studies on the topic. **Results and Discussion:** 20 studies meeting the eligibility criteria were selected. It was evident that being black in Brazil is directly linked to declines in access to essential services such as healthcare, education, income, and the recognition of ancestral knowledge, which affects the ability of the black population to live with dignity. Food insecurity data reflect how the black population is more affected by this issue. In conclusion, it is necessary to improve public policy programs that genuinely address access to basic services for this population that aim an ideal quality of life that everyone deserves.

Keywords: Food Security, Racism, Human Right to Adequate Food, Health of Ethnic Minorities.

Submetido em: 04/02/2023

Aceito em: 27/10/2023

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país resultante da superposição de um regime escravista que, posterior ao seu fim, distinguiu categorias de raças relacionadas a características fenotípicas, morais, culturais, entre outras, produzindo, assim, um processo de racialização fundamentado por meio de numerosas teorias científicas que declararam a superioridade branca em relação ao negro, definido então, como racismo¹. O racismo trata-se de segregar um ser humano por sua origem étnica e de persistir formas de exclusão, da mesma forma ocorrida no sistema escravocrata, ainda que de maneiras diferentes².

Esse processo de exclusão com caráter histórico e político é, então, considerado sempre estrutural, já que ele alcança todas as organizações da sociedade; em resumo, ele proveniente das estruturas sociais, ou seja, do modo frequente que são estabelecidas as relações políticas, jurídicas, econômicas e até pessoais³. Entretanto, o mito da democracia racial ainda impera no país, o que torna um tabu discutir o racismo e além de naturalizar a imagem da pessoa negra como inimigo ficcional da nação, que deve ficar à margem da sociedade ou na condição de servilidade, o que apaga e inferioriza a identidade negra⁴.

As características presentes na organização social exibem os variados tipos de desigualdades, incluindo o desequilíbrio na inclusão aos mecanismos essenciais para o crescimento humano, como o acesso à saúde⁵. Com base nisso, foi aprovada, em 2009, a Política Nacional de Saúde

Integral da População Negra (PNSIPN), que visa melhorar as condições de bem-estar ao mesmo tempo que busca promover a equidade na saúde da população negra no que se refere a promoção, cuidado, precaução, intervenção e melhoria de doenças e agravos tanto transmissíveis quanto não-transmissíveis, incluindo aqueles de maior prevalência nesse grupo populacional. A PNSIPN tem uma importância histórica por ser um compromisso das esferas da gestão pública no combate a desigualdade no Sistema Único de Saúde (SUS) e por reconhecer o racismo, as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde⁶.

Entretanto, Anunciação *et al.*⁷ destacam que a PNSIPN não tem sido devidamente implementada, sendo que o racismo institucional se manifesta principalmente pelo desconhecimento e ainda negação da importância da PNSIPN; falta de capacitação e formação adequadas dos/das trabalhadores/as da saúde; ausência de indicadores sociais nos sistemas de informação e/ou negligência no preenchimento do quesito cor nos formulários; invisibilidade das doenças prevalentes na população negra; não reconhecimento da existência das práticas racistas e pelo subfinanciamento para os setores de saúde e educação⁷.

A população negra enfrenta barreiras referentes à saúde como consequência do racismo estrutural, o que é evidenciado por fatores como: maior dificuldade de tratamento e avanço de doenças, elevados indicadores de comorbidades e grandes níveis de mortalidade, além de terem que

enfrentar maiores obstáculos no acesso de qualidade a serviços de saúde⁸.

Ao analisarmos questões referentes à alimentação, percebemos que a população negra é mais impactada pela insegurança alimentar do que a população branca⁹. A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2017-2018 indicava uma ampliação da insegurança alimentar no Brasil, com 36,7% dos domicílios com algum grau de Insegurança Alimentar (IA), e já demonstrava que domicílios em que a pessoa de referência se declarou parda foram os que apresentaram os maiores níveis de IA. Em 2022, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN) realizou o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19, apontando uma piora expressiva desses dados, com 58,7% dos domicílios com IA e, desses, 33 milhões de pessoas em Insegurança Alimentar Grave, o que representa 15,5% dos domicílios analisados. Quando elaborada a análise pelo recorte raça/cor, foi possível observar que 65% dos lares chefiados por pessoas negras apresentavam insegurança alimentar, evidenciando que ser negro fazia diferença^{10,11}.

A insegurança alimentar (IA) pode ser conceituada como o impedimento ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e que não comprometa o acesso a outras necessidades básicas, podendo levar a obesidade e a desnutrição^{12,13}, já que são manifestações biológicas da fome e da má nutrição¹⁴. Esse fenômeno, como dito acima, atinge os grupos mais expostos, tal como a população negra, onde são percebidas barreiras de acesso às condições socioeconômicas adequadas, além de terem seus direitos infringidos, entre eles, o privilégio de se ter uma alimentação apropriada, o que impede o acesso a nutrientes imprescindíveis para uma boa saúde¹⁵.

Compreende-se que os processos que constituem o racismo alimentar perpassam o não direito à alimentação adequada e saudável através de barreiras ao alimento pela dificuldade de obtenção de território e recursos naturais, precarização do trabalho, baixa escolaridade, renda e acesso aos serviços de saúde e assistência social. Tal quadro conduz esse grupo populacional à insegurança alimentar e nutricional leve, moderada ou grave,

promovendo aquisição, quando possível, de alimentos de baixo valor nutritivo e microbiológico, o que afeta diretamente a saúde dessa população em todo seu ciclo de vida, trazendo a médio e longo prazo uma desvalorização e abandono da cultura alimentar da população negra^{16,17,18,19}.

Percebe-se a necessidade de compreender de forma ampla o impacto do racismo nas possibilidades de alimentação dos negros no Brasil. Sendo assim, estudos que descrevam as interlocuções entre o racismo e a alimentação são extremamente relevantes. Este trabalho objetivou examinar na literatura as repercussões do racismo na alimentação e nutrição da população negra brasileira.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, desenvolvido por meio da adoção da técnica de revisão de literatura da produção científica nacional sobre a repercussão do racismo na alimentação e nutrição da população brasileira, no período de 2012 a 2022. Foi realizada com base na diretriz *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews - PRISMA-ScR*²⁰.

A questão de pesquisa foi elaborada por meio da estratégia PCC (P=População, C=Conceito, C=Contexto): Quais as evidências científicas disponíveis sobre a repercussões do racismo na alimentação e nutrição da população negra brasileira?

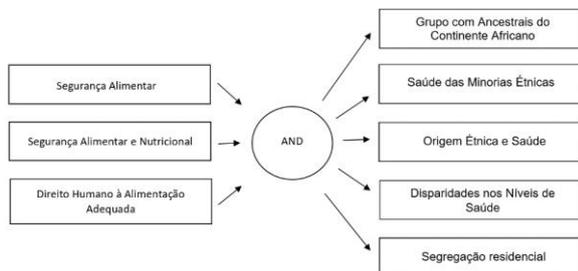
O critério de elegibilidade para esta revisão foram todos artigos, teses e dissertações com textos completos disponíveis, no idioma português e/ou inglês, publicados, que respondessem à questão de pesquisa. Os estudos excluídos foram aqueles que se repetiram entre as três bases de dados utilizadas.

Utilizou-se como metodologia a busca bibliográfica de artigos nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde e no Periódico Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) a fim de reconhecer artigos científicos publicados sobre o tema no período de 2012 a 2022. Também foi realizada busca em outras literaturas por meio de dissertações e teses publicadas no banco da CAPES; *Google Scholar*, além da busca manual na lista de referências dos artigos originais e de artigos de

revisão selecionados pela busca eletrônica nas bases de dados.

Os sistemas DeCS (SciELO e BIREME) foi utilizado para definir os descritores de busca, sendo eles: 'Segurança Alimentar'; 'Grupo com Ancestrais do Continente Africano'; 'Saúde das Minorias Étnicas'; 'Origem Étnica e Saúde'; 'Disparidades nos Níveis de Saúde'; 'Segregação residencial'; 'Segurança Alimentar e Nutricional'; 'Direito Humano à Alimentação Adequada'; bem como seus correspondentes em inglês, 'Food Security'; 'African Continental Ancestry Group'; 'Health of Ethnic Minorities'; 'Ethnicity and Health'; 'Health Status Disparities'; 'Residential segregation'; 'Food and Nutrition Security'; 'Human Right to Adequate Food'. Os mesmos descritores foram empregados na busca da literatura cinzenta. Foi realizado o cruzamento entre os descritores utilizando a conjunção 'AND', conforme a Figura 1.

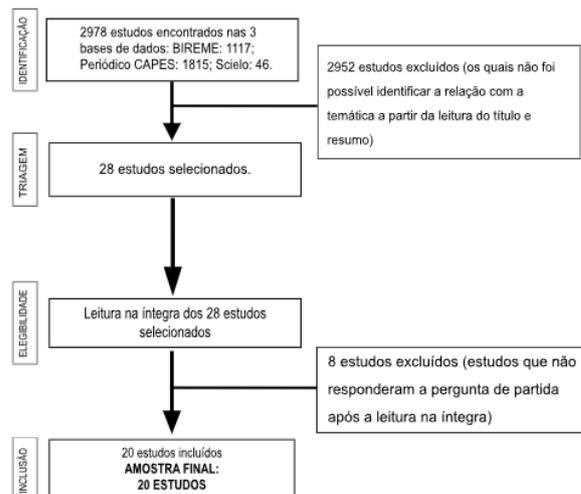
Figura 1. Metodologia utilizada para busca dos estudos.



Fonte: Elaborada pelos autores.

A seleção dos estudos ocorreu em três fases, com três revisores de forma independente, utilizando o fluxograma PRISMA de coleta de dados: identificação, triagem e inclusão (Figura 2). Quando necessário um quarto revisor analisou as divergências a respeito dos estudos. A seleção dos estudos levantados foi categorizada de acordo com o tipo de estudo, objetivos, público-alvo, local da pesquisa, ano de publicação, metodologia aplicada e seus principais resultados.

Figura 2. Fluxograma da revisão com descrição das buscas em bases de dados, protocolos e outras fontes (PRISMA, 2020)



Fonte: Elaborada pelos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi conduzida de acordo com o método determinado, encontrando um total de 2978 estudos nos quais foram achados: 1117 na base Biblioteca Virtual de Saúde, 1815 na base do Periódico Capes e 46 na base SciELO. Deste total foram selecionados 20 estudos que se relacionam com os temas “racismo” e “alimentação e nutrição”. A Figura 2 apresenta o fluxograma da seleção dos estudos.

A Tabela 1 caracteriza os estudos de acordo com o ano de publicação, local do estudo, a metodologia utilizada e a revista nos quais foram publicados. É possível identificar que o local de maior incidência dos estudos foi na região Nordeste, compreendendo 55% dos artigos selecionados, seguido pela região Sudeste com aproximadamente 30%; enquanto na região Sul, Centro-Oeste e Norte foram de 5%, cada. No que se refere a metodologia utilizada, percebe-se que aproximadamente 70% dos estudos seriam observacionais tipo transversal, no qual fator e efeito são observados num mesmo momento histórico, tendo uma frágil associação de causa e efeito.

Tabela 1. Estudos sobre racismo alimentar no Brasil e seus impactos na saúde da população negra quanto ao local de realização, tipo de estudo e publicação no período de 2012 a 2022.

Estudo	Ano de Publicação	Local do Estudo	Tipo do Estudo	Publicação
O racismo ambiental no Brasil e seus reflexos na saúde: uma análise do uso do corante caramelo IV ²¹	2012	Espírito Santo	Análise foucaultiana	Opinião jurídica
Factors associated with food insecurity in households of public school students of Salvador, Bahia ²²	2013	Salvador	Transversal	J HEALTH POPUL NUTR
Overweight in Goiás quilombola students and food insecurity in their families ²³	2014	Estado de Goiás	Transversal	Revista de Nutrição
Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuacu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar ²⁴	2014	Quilombo Tijuacu - BA	Etnográfico	Interface - Comunicação, Saúde, Educação
Práticas educativas na promoção da alimentação adequada e saudável para as pessoas com doença falciforme ²⁵	2014	Rio de Janeiro	Relato de experiência de práticas educativas	DEMETRA
Reconfigurando Práticas Sociais: As comunidades quilombolas e o fórum de agricultura familiar da região Sul do Rio Grande do Sul ²⁶	2014	Rio Grande do Sul	Qualitativo descritivo	Cadernos do LEPAARQ
Indicadores nutricionais combinados e fatores associados na população quilombola no sudoeste da Bahia ²⁷	2015	Vitória da Conquista - BA	Transversal	Ciência & saúde coletiva
Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? ²⁸	2017	Área rural do Município de Vitória da Conquista - BA	Transversal	Cad. Saúde Pública
Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola na Amazônia Brasileira ²⁹	2018	Belém - PA	Transversal	Revista Cuidarte
Desigualdades sociais no perfil de consumo de alimentos da população brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013 ³⁰	2019	Campinas	Transversal	Rev. bras. epidemiol
Fatores associados à duração do aleitamento materno em mulheres quilombolas ³¹	2019	Penalva e Viana - MA	Transversal	Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde
Hábitos alimentares de adolescentes quilombolas e não quilombolas da zona rural do semiárido baiano, Brasil ³²	2019	Área rural do Município de Vitória da Conquista - BA	Transversal	Ciência & saúde coletiva
Segregação econômica em um grande centro urbano: disparidades no consumo e no ambiente alimentar ³³	2019	Belo Horizonte - MG	Transversal	Tese
Cores e valores: marcas do racismo no estado nutricional da população brasileira ¹³	2020	São Paulo	Transversal	Tese
Justiça racial e direitos humanos de povos e comunidades tradicionais ³⁴	2020	Fortaleza	Etnográfico	Revista katálysis
Situação de insegurança alimentar e nutricional em famílias quilombolas maranhenses ³⁵	2020	Penalva e Viana - MA	Transversal	Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde
Social inequalities and household food insecurity in quilombola communities in Brazil ³⁶	2021	Rio de Janeiro	Transversal	Revista de Nutrição
Estado nutricional e fatores associados ao déficit estatural em crianças menores de cinco anos de comunidades remanescentes de quilombos do Nordeste brasileiro ³⁷	2021	Região Nordeste do Brasil	Transversal	Cad. Saúde Pública
Neoliberalismo global, capitalismo racial e organização política de mulheres numa comunidade pesqueira quilombola do Recôncavo da Bahia ³⁸	2021	Quilombo de São Braz - Santo Amaro Salvador	Dados coletados por meio de trabalho de campo	Latin American research review
A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade ³⁹	2022	Salvador	Transversal	Cadernos de Saúde Pública

Fonte: Elaborada pelos autores.

As Tabelas 2 e 3 descrevem o público-alvo, objetivos, principais resultados e conclusões dos artigos, sendo que a Tabela 2 apresenta os estudos quantitativos e a Tabela 3 os estudos qualitativos. Entre os estudos selecionados, 65% tiveram como

público-alvo as comunidades quilombolas. Ao analisar seus principais objetivos foi observado que 45% tiveram como propósito averiguar os perfis nutricionais e as situações de insegurança alimentar.

Tabela 2. Categorização dos estudos quantitativos referentes ao racismo e seus impactos na alimentação e nutrição da população negra quanto ao público-alvo, objetivos, principais resultados e conclusões publicados no período de 2012 a 2022.

n	Estudo	Público-alvo	Objetivos	Principais Resultados	Conclusões
01	Factors associated with food insecurity in households of public school students of Salvador, Bahia, Brasil ²²	Alunos/Alunas entre 6 e 12 anos.	Conhecer os fatores associados à Insegurança Alimentar nos domicílios de estudantes de escolas públicas de Salvador, Bahia	Foi captada associação estatisticamente significativa entre preto e pardo/outra cor da pele do chefe de família e insegurança alimentar moderada/grave. Essa associação foi observada em todas as unidades da federação, principalmente nas regiões norte e nordeste do país. As desigualdades socioeconômicas determinam os fatores associados à IA dos domicílios de Salvador, Bahia.	Em geral, a distribuição da insegurança alimentar é semelhante ao padrão de distribuição da desigualdade e, portanto, variáveis semelhantes que resultam em acesso limitado aos cuidados de saúde e serviços também limitam o acesso aos recursos alimentares.
02	Excesso de peso em estudantes quilombolas de Goiás e insegurança alimentar em suas famílias ²³	Crianças quilombolas de seis a nove anos e adolescentes de dez a dezoito anos matriculados em escolas municipais e estaduais de ensino primário, fundamental e médio	Caracterizar o estado nutricional de escolares quilombolas e a (in)segurança alimentar em seus domicílios	A insegurança alimentar foi encontrada em 160 (75,2%) domicílios, a maioria com insegurança alimentar leve (45,1%) e moderada (21,6%).	A presença simultânea de excesso de peso e insegurança alimentar levanta questionamentos sobre novos hábitos de vida e consumo, e até mesmo sobre o atual perfil de pobreza no Brasil.
03	Indicadores nutricionais combinados e fatores associados na população quilombola no sudoeste da Bahia ²⁷	2.935 indivíduos adultos provenientes das 10 comunidades sediadas em 05 distritos da região	Foi estimar a prevalência de indicadores nutricionais combinados índice de massa corporal e razão cintura estatura, e índice de massa corporal e circunferência da cintura e analisar associações entre fatores socioeconômicos, demográficos, comportamentais e de saúde com os dois tipos de indicadores nutricionais combinados	O indicador IMC + RCE foi maior na faixa etária de 40 a 59 anos e o indicador IMC + CC foi mais frequente na faixa de 40 a 49 anos.	A elevada prevalência de risco nutricional para DCNT, especialmente de obesidade central, confirmou a necessidade de ações de promoção de dieta saudável e saúde.
04	Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? ²⁸	Famílias residentes em uma área rural do Município de Vitória da Conquista	Identificar a prevalência de insegurança alimentar em uma zona rural do Nordeste do Brasil e investigar os fatores associados a esse desfecho.	O estrato quilombola exibiu prevalências superiores em todos os níveis de insegurança alimentar quando comparado ao não quilombola. A prevalência de insegurança alimentar em quilombolas foi significativamente superior à observada entre os não quilombolas, sendo de 64,9% e 42%, respectivamente	As famílias da zona rural estudada vivenciam uma situação de elevada prevalência de insegurança alimentar. Ser quilombola não apenas está associado a um aumento da prevalência da insegurança alimentar, mas também à maior gravidade de seus níveis, em comparação com famílias não quilombolas que residem numa mesma área geográfica.
05	Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola na Amazônia Brasileira ²⁹	Comunidade quilombola	Traçar o perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola e identificar aspectos socioeconômicos capazes de repercutir na sua condição de saúde.	Predominou o sexo feminino, baixa escolaridade e renda familiar de até 1 salário-mínimo. Residências em alvenaria, mas sem saneamento básico na comunidade levando a hábitos prejudiciais à saúde, quanto ao uso da água e destino dos dejetos. Predominam uso de fumo, álcool e sedentarismo, associado aos hábitos alimentares pouco saudáveis.	Salienta-se que os problemas identificados podem contribuir para que ações de saúde sejam planejadas e efetivadas conforme a realidade, considerando-se o contexto social, político e ambiental da comunidade, valorizando seus saberes e práticas tradicionais.

Tabela 2. Categorização dos estudos quantitativos referentes ao racismo e seus impactos na alimentação e nutrição da população negra quanto ao público-alvo, objetivos, principais resultados e conclusões publicados no período de 2012 a 2022. **Continuação.**

n	Estudo	Público-alvo	Objetivos	Principais Resultados	Conclusões
06	Desigualdades sociais no perfil de consumo de alimentos da população brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013 ³⁰	Morador com 18 anos ou mais de idade.	Analisar a magnitude das desigualdades sociais em ampla gama de marcadores alimentares	O melhor perfil de consumo alimentar nas mulheres, nos indivíduos de cor da pele branca, nos grupos sociais de maior renda, maior escolaridade e com plano de saúde.	As diferenças nas escolhas alimentares entre estratos sociais apontadas indicam peculiaridades do consumo alimentar de diferentes segmentos sociodemográficos da população que necessitam ser consideradas nas ações de promoção de alimentação saudável.
07	Fatores associados à duração do aleitamento materno em mulheres quilombolas ³¹	207 crianças menores de 24 meses de 27 comunidades quilombolas	Avaliar a duração mediana do aleitamento materno total e exclusivo em crianças quilombolas e identificar quais fatores interferem na duração do aleitamento materno total.	A duração mediana do aleitamento materno total e exclusivo foi de 270 e 60 dias, respectivamente.	A duração do aleitamento materno exclusivo e total, embora elevada, ficou abaixo do recomendado.
08	Hábitos alimentares de adolescentes quilombolas e não quilombolas da zona rural do semiárido baiano, Brasil ³²	390 adolescentes de 10 a 19 anos	Descrever o consumo e o comportamento alimentar de adolescentes quilombolas e não quilombolas da zona rural do sudoeste baiano.	Quando comparados, os quilombolas tiveram consumo de feijão maior, entretanto, o consumo de hortaliças, frutas e leite foi inferior ao dos não quilombolas.	São recomendadas políticas públicas voltadas à assistência nutricional, específicas aos adolescentes rurais, uma vez que os maus hábitos alimentares podem permanecer ao longo da vida e levar a condições precárias de saúde.
09	Segregação econômica em um grande centro urbano: disparidades no consumo e no ambiente alimentar ³³	População residente, usuários e não usuários do Programa Academia da Saúde (PAS), no entorno geográfico de dez unidades do Programa distribuídas entre os nove distritos sanitários do município.	Calcular a segregação econômica residencial em uma metrópole brasileira e avaliar a sua associação com o consumo alimentar de residentes além de avaliar a associação entre a segregação econômica e o ambiente alimentar da comunidade no município.	Indicam que a segregação econômica residencial divide a cidade de Belo Horizonte e repercute sobre a prevalência de marcadores de consumo alimentar saudável e sobre o ambiente alimentar da comunidade.	Áreas altamente segregadas apresentam maior prevalência de consumo regular de feijão, menor prevalência de consumo regular de hortaliças, e menor chance de serem áreas com elevada proporção de estabelecimentos mistos e de aquisição predominante de alimentos ultraprocessados quando comparadas a áreas mais afluentes.
10	Cores e valores: marcas do racismo no estado nutricional da população brasileira ¹³	Crianças menores de 5 anos e adultos entre 18 a 59 anos.	Descrever e analisar o estado nutricional da população brasileira, com base na raça/cor e estratos socioeconômicos, do banco de dados nacional POF 2008-2009.	Crianças pretas, pardas e indígenas têm maiores chances de déficit de altura quando comparadas com brancas. Adultos pretos, pardos e amarelos apresentaram maiores chances de baixo peso ao serem comparados com os brancos. E adultos pretos apresentaram maiores chances de obesidade quando comparados com os brancos.	Os achados sugerem que as disparidades por raça/cor atravessam e interferem no estado nutricional da população brasileira. A pesquisa resgata dados de 2008-09 no objetivo de mostrar o fenômeno da variável raça/cor dentro de um mesmo banco de dados interfere seja na infância, quanto na fase adulta.
11	Situação de insegurança alimentar e nutricional em famílias quilombolas maranhenses ³⁵	Comunidades remanescentes de quilombos	Avaliar a prevalência e os fatores associados à insegurança alimentar e nutricional em famílias de comunidades quilombolas maranhenses.	A prevalência de segurança alimentar e nutricional foi de 20,1%, enquanto a de insegurança alimentar e nutricional foi de 79,9%, das quais 32,2% foram classificadas como leve, 25,7% moderada e 22,0% grave. Famílias chefiadas por mulheres, domicílios com mais de cinco pessoas, renda familiar per capita inferior a um quarto de salário-mínimo e a não cobertura pela Estratégia Saúde da Família foram as variáveis associadas às classes de insegurança leve e moderada.	A insegurança alimentar e nutricional é elevada nas comunidades quilombolas estudadas, especialmente a grave. Esses resultados apontam para a necessidade de políticas públicas voltadas para assegurar acesso à educação, aumento da oferta de trabalho, garantia da renda mínima e expansão da cobertura da Estratégia Saúde da Família nas comunidades quilombolas.

Tabela 2. Categorização dos estudos quantitativos referentes ao racismo e seus impactos na alimentação e nutrição da população negra quanto ao público-alvo, objetivos, principais resultados e conclusões publicados no período de 2012 a 2022. **Continuação.**

n	Estudo	Público-alvo	Objetivos	Principais Resultados	Conclusões
12	Social inequalities and household food insecurity in quilombola communities in Brazil ³⁶	Comunidades quilombolas (9.193 domicílios) com terras tituladas no Brasil.	Avaliar a relação entre características sociodemográficas e insegurança alimentar em comunidades quilombolas no Brasil.	Verificou-se que as residências cujos responsáveis eram solteiros/divorciados, com escolaridade entre 1-7 anos, aquelas onde havia maior aglomeração familiar, presença de crianças menores de cinco anos, com precário saneamento básico, da macrorregião Norte do país e famílias com renda mensal familiar inferior a um salário-mínimo apresentaram associação significativa com insegurança moderada/ grave	Os resultados indicaram que a prevalência de insegurança alimentar entre os domicílios quilombolas é alta, sendo necessária a implementação de políticas públicas para promover a segurança alimentar e nutricional e mitigar as injustiças sociais históricas sofridas por essa população.
13	Estado nutricional e fatores associados ao déficit estatural em crianças menores de cinco anos de comunidades remanescentes de quilombos do Nordeste brasileiro ³⁷	Crianças quilombolas menores de cinco anos	Avaliar o estado nutricional e fatores associados em crianças quilombolas menores de cinco anos residentes em comunidades quilombolas	A prevalência de déficit estatural foi de 14,1%, e o déficit ponderal atingiu 6,1% das crianças. O excesso de peso foi observado em 2,8% das crianças analisadas.	O déficit estatural, indicativo de desnutrição crônica em estudos epidemiológicos, foi a condição mais prevalente entre as crianças investigadas, ao passo que as demais condições nutricionais foram consideradas de baixa magnitude.
14	A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade ³⁹	Residentes dos 160 distritos domiciliares	Analisar a (in)segurança alimentar segundo raça/cor e sexo sob o olhar da interseccionalidade, tendo como local de estudo Salvador, capital da Bahia, Brasil.	Menor escolaridade e menor renda familiar per capita foram encontradas em domicílios com responsável homem negro e mulher negra, com destaque para as mulheres negras, em que 41,5% tinham até o Ensino Fundamental e 51,1% tinham renda familiar de até 1/2 salário-mínimo per capita. As prevalências de insegurança alimentar foram mais elevadas nos domicílios chefiados por mulheres negras (insegurança alimentar leve: 25,6% e insegurança alimentar moderada ou grave: 21,2%). A segurança alimentar foi mais prevalente nos domicílios chefiados por homens brancos (74,5%)	A insegurança alimentar nos domicílios chefiados por mulheres revela-se como uma das consequências da interação estrutural do racismo e do sexismo. Viver em situação de insegurança alimentar sinaliza não somente para privações materiais, mas também para mecanismos ideológicos que interditam oportunidades de melhorias de vida para a população negra. Conclui-se que não parece possível discutir a insegurança alimentar sem considerar a hierarquização social, racial e de gênero, suas articulações e a persistência de práticas discriminatórias reproduzidas no Brasil e em Salvador.

Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 3. Categorização dos estudos qualitativos referentes ao racismo e seus impactos na alimentação e nutrição da população negra quanto ao público-alvo, objetivos, principais resultados e conclusões publicados no período de 2012 a 2022.

n	Estudo	Público-alvo	Objetivos	Principais Resultados	Conclusões
01	O racismo ambiental no Brasil e seus reflexos na saúde: uma análise do uso do corante caramelo IV ²¹		Analisar como a biopolítica interfere na efetivação do direito à saúde e maximiza o racismo ambiental no Brasil.	O Brasil possui a maior concentração de caramelo IV no refrigerante Coca-Cola do mundo, quase cinco vezes mais que o menor índice, o da China, e nove vezes maior que o índice diário sugerido pela OMS, que é 29 microgramas (Idec, 2012).	A pobreza, o baixo índice de escolaridade, a ausência de políticas públicas protetivas, a baixa renda, a criminalidade são fatores que maximizam o racismo ambiental. Essa nova vertente do racismo se manifesta na sociedade de diferentes formas, inclusive na área da saúde. A vulnerabilidade de alguns grupos demanda maior proteção.
02	Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuacu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar ²⁴	Produtores rurais, membros do núcleo familiar, chefes de família de ambos os sexos, jovens e estudantes quilombolas, merendeiras e lideranças comunitárias de Tijuacu	Analisar as percepções simbólicas e sociais relacionadas à oferta de alimentos de produção da agricultura familiar, ao PNAE, por meio da implantação do PAA como estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional	A comunidade concebe e valoriza o alimento “natural” da terra como fonte de sobrevivência e desenvolvimento local.	É necessária a superação dos principais obstáculos por meio de ações efetivas para enfrentar o problema da exclusão social do negro no Brasil
03	Práticas educativas na promoção da alimentação adequada e saudável para as pessoas com doença falciforme ²⁵	Pessoas com doença falciforme	Descrever as ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) desenvolvidas para pessoas com doença falciforme.	Os participantes foram questionados se já haviam sido orientados sobre o consumo de alimentos fontes de ferro na DF; sua importância na manutenção da saúde; as melhores fontes alimentares e o que fariam em situações de sobrecarga deste mineral. Dos nove respondentes, apenas três relataram ter recebido alguma orientação sobre o consumo de alimentos fontes de ferro.	A experiência apresentada trouxe reflexões importantes sobre a necessidade de educação alimentar e nutricional ser uma ferramenta comum aos profissionais de saúde, com estímulo à adoção de ações multiprofissionais, em toda a rede de assistência às pessoas com a doença falciforme.
04	Reconfigurando Práticas Sociais: As comunidades quilombolas e o fórum de agricultura familiar da região Sul do Rio Grande do Sul ²⁶	Comunidades quilombolas localizadas no extremo sul do Brasil.	Apresentar, segundo pesquisa realizada, os elementos que oportunizaram a aproximação das comunidades ao fórum de agricultura familiar, esse com mais de uma década de funcionamento à época do ingresso dos representantes das primeiras comunidades quilombolas e as repercussões advindas desta participação.	Em termos de características destas comunidades é importante destacar, que, diferentemente de outras regiões do país, as áreas de terra ocupadas são pequenas, em termos comparativos, e possuem fraca densidade demográfica.	Os resultados da pesquisa indicam que o ingresso das primeiras comunidades ao Fórum não foi automático, sendo ao contrário, influenciado pelo contexto político-institucional, pela ação de mediadores sociais e pela disponibilização de recursos.
05	Justiça racial e direitos humanos de povos e comunidades tradicionais ³⁴	Indígenas e Quilombolas	Contextualizar o cenário atual de crescimento do autoritarismo, de ataques aos direitos humanos e à democracia, tendo como eixo analítico e político a categoria raça.	Os povos originários (indígenas) e tradicionais (quilombolas) têm sofrido severos ataques, desprezo e silenciamentos na atual conjuntura. Seus direitos têm sido negados e desmantelados, e as exigências legais de consulta livre, prévia e informações sobre medidas que possam afetar-lhes têm sido desrespeitadas, trazendo impactos no seu território, meio ambiente e modo de vida. As narrativas que têm se proliferado são perpassadas de ódio e violência, posto que se baseiam na falsa ideia de que os povos originários e tradicionais representam entraves ao desenvolvimento e fazem uso de práticas que ferem os princípios constitucionais e promovem interferências em processos legislativos.	A herança e a recriação da escravidão e o racismo estrutural estão fortalecidos em um contexto em que se proliferam discursos e práticas públicas de ódio e outras formas de intolerância.

Tabela 3. Categorização dos estudos qualitativos referentes ao racismo e seus impactos na alimentação e nutrição da população negra quanto ao público-alvo, objetivos, principais resultados e conclusões publicados no período de 2012 a 2022. **Continuação.**

n	Estudo	Público-alvo	Objetivos	Principais Resultados	Conclusões
06	Neoliberalismo global, capitalismo racial e organização política de mulheres numa comunidade pesqueira quilombola do Recôncavo da Bahia ³⁸	196 grupos familiares que compõem a comunidade	Demonstrar a estrutura racial do capitalismo, considerando sua continuidade, desde a implantação do sistema colonial escravista até os mais recentes processos de exclusão das populações pesqueiras quilombolas devido à chegada de empreendimentos transnacionais; Demonstrar como homens e mulheres têm sido afetados de forma distinta por esses empreendimentos em suas atividades produtivas e processos identitários e como, por consequência, têm desenvolvido formas de organização política que correspondem a demandas específicas de cada gênero.	Enquanto os homens ocuparam o setor de construção e de serviços gerais (particularmente, os de segurança), as mulheres se dirigiram majoritariamente para o emprego doméstico nas cidades vizinhas ou na capital, Salvador.	A presença desses empreendimentos no Recôncavo Baiano pode ser caracterizada como racismo ambiental. Tomando a raça como elemento central ao funcionamento do capitalismo e do neoliberalismo, diálogo com estudos sobre racismo ambiental, examinando, a partir do caso de São Braz, a concentração dos efeitos negativos gerados por empreendimentos transnacionais em lugares onde habitam populações racializadas, isso só é possível porque tais populações são vistas como “excedentes,” de acordo com um sistema de representação racista, fundamentada na Supremacia Branca.

Fonte: Elaborada pelos autores

Da análise dos conteúdos dos estudos selecionados, foram constituídas categorias que mostram aspectos em que o racismo gera repercussões na alimentação e nutrição da população negra e se estruturam da seguinte forma: 1) aspectos demográficos e socioeconômicos; 2) aspectos ambientais; 3) alimentação original e cultura alimentar; 4) impactos do racismo na segurança alimentar e nutricional e saúde da população negra.

Aspectos demográficos e socioeconômicos

Em 1888, a Lei Áurea configurou-se como um ato libertador do povo negro da escravidão. Porém, esse movimento não passou de uma ação prática de extermínio em massa, que lançou os libertos para as ruas, vivendo às margens da sociedade, sem nenhuma responsabilização dos senhores, estado ou igreja, restando a essas pessoas sobreviverem em periferias, guetos, favelas, morros, espaços com baixas condições de saneamento, higiene e cuidado⁴⁰. Tal condição, provocou um processo de urbanização, que, potencializada pelo êxodo rural, gerou inúmeras alterações nas cidades em curtos períodos, mudando desde o estilo de vida até os hábitos alimentares. Essas mudanças se

sucederam de forma desequilibrada e imprópria, aumentando as desigualdades sociais e as injustiças na saúde, causando então, divisões invisíveis que distanciam gradativamente os cidadãos e seu alcance aos benefícios da cidade grande³³.

Essas divisões invisíveis também podem ser chamadas de segregação residencial, que acontece quando dois ou mais grupos coletivos convivem longe um do outro, em lugares distintos. Entre as formas de segregação residencial, existe a segregação residencial racial e a segregação econômica residencial, sendo a primeira uma divisão física de uma comunidade que tem certa raça/cor de pele por residência, enquanto a última é uma separação física por residência com base na renda. Quando se vive em um ambiente segregado, as pessoas ficam mais expostas a riscos e limitadas à obtenção de comodidades e conveniências, como a alimentação, o que atinge a qualidade de vida. Além disso, essa divisão é um reflexo da desigualdade, levando à redução de oportunidades de educação, saúde e trabalho³³.

A renda *per capita* por si só não justifica a ocorrência de insegurança alimentar nas famílias, mas é um dos motivos que irá possibilitar ou não o acesso

frequente e constante aos alimentos. Em relação a educação, estudos mostram que nos últimos 20 anos é notório o crescimento do predomínio de brasileiros no ensino superior, porém, mesmo com o avanço importante da população negra, que saltou de 3 para 12% de presença nas universidades, ainda temos um desequilíbrio com a população branca representando 25,9% nesse espaço. Pesquisas mostram que as taxas da falta de escolaridade nas comunidades quilombolas, residentes de zonas rurais, ainda são altas; mesmo que o índice de analfabetismo no país esteja reduzindo, a quantidade de quilombolas que ainda não sabem ler é moderadamente elevada, com 24,81%. A baixa alfabetização implica igualmente a baixa renda, uma vez que induz diretamente a procura de empregos com pouca remuneração, influenciando no rendimento familiar^{13,35,29}.

Ainda em conexão direta com a renda familiar, é consistente afirmar que a escolha alimentar é fortemente influenciada pelos níveis de renda da população. Sendo assim, o acesso a alimentos mais saudáveis como grãos e cereais integrais, carnes magras, verduras, frutas e legumes, que compõem uma dieta de maior valor nutricional, é dificultado por serem alimentos mais caros quando comparados àqueles de alta densidade energética. Consequentemente, esses alimentos naturais são substituídos pelos industrializados^{29,30}.

Além disso, ser do sexo feminino agrava essa questão em virtude da circunstância de que as mulheres ganham menos que homens⁴¹. A mulher negra apresenta pior condição em termos de renda familiar *per capita*, sendo uma das expressões da exploração e desvalorização socioeconômica desse grupo. Estudos demonstram a associação significativa da insegurança alimentar leve, moderada ou grave com as residências chefiadas por mulheres negras, independente das condições socioeconômicas favoráveis. Destaca-se que estudo com comunidades quilombolas caracterizou uma elevada prevalência de excesso de peso, principalmente nas mulheres, possivelmente pela menor vinculação ao trabalho e maior percentual de inatividade física. Nestas comunidades, um grande percentual dos homens estava inserido em atividades agrícolas que requerem esforço físico mais intenso que o trabalho doméstico, que predomina entre mulheres quilombolas^{27,39}.

Outro fator influenciado pelas condições sociodemográficas é o aleitamento materno (AM) total e exclusivo. As diferenças sociodemográficas às quais as comunidades quilombolas estão expostas podem ser um fator que explica a maior duração mediana do AM total. Isso ocorre, provavelmente, pelo fato do aleitamento materno ser uma forma de alimentação de baixo custo, o que o torna acessível ao poder aquisitivo dessa população. Porém, o AM exclusivo não seguiu o mesmo padrão do total, ficando abaixo do estabelecido pela OMS, o que pode ser explicado pela baixa escolaridade das mães e pela crença de que o leite materno não sustenta a criança por si só, oferecendo à criança água, chás e sucos antes dos seis meses de vida³¹.

A condição socioeconômica do Brasil mostra que a comunidade negra passa por uma situação mais complexa do que a branca, sendo resultado das violações de direitos causadas pelas desigualdades raciais. Isso pode ser observado ao avaliar os indicadores de pobreza e extrema pobreza, nos quais a população preta e parda apresentou percentual superior quando comparado à população branca. Em 2021, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas era de R\$ 3.099,00, sendo significativamente superior ao das pessoas pretas (R\$ 1.764,00) e pardas (R\$ 1.814,00)⁴².

Aspectos Ambientais

O capitalismo também pode ser considerado um potencializador do racismo, em virtude da sua associação com o neoliberalismo que vai além de uma gestão econômica, tendo como objetivo a maximização do lucro que integra o controle de territórios, populações e recursos naturais, baseando-se em um fundamento de Supremacia Branca. Essa discriminação, que atinge os mais pobres e o ecossistema, é chamada de racismo ambiental. Em suma, o racismo ambiental se manifesta na ampliação contínua do capital através da procura de mão de obra, recursos naturais e terras a serem aproveitados de forma mais abundante e com pouco custo. Essas explorações neoliberais podem se apresentar de várias maneiras, entre elas, pela privatização de recursos naturais e crescimento do agronegócio para a fabricação de matérias-primas agrícolas^{38,21}.

O aumento do agronegócio favorece uma agressão contínua à política ambiental e à liberdade

das populações nativas e dos povos e comunidades tradicionais. Esses grupos sentem que seu modo de vida sustentável está ameaçado por tal fenômeno, já que o mesmo facilita a remoção e o corte dos bens naturais imprescindíveis para a sobrevivência, que são constituídos por um vínculo mútuo. O agronegócio também é o grande responsável pela demolição de suas terras, mediante o uso de agrotóxicos que prejudicam o solo e a água local, e pelas intervenções governamentais ou particulares que limitam ou proíbem a continuidade do modo de vida tradicional. Na busca pela proteção de seus povos e moradias, comunidades e organizações acabam sofrendo uma criminalização, a qual tolera discursos de ódio em relação à sua diversidade³⁴.

O cuidado com suas terras vem desde os tempos coloniais, pois simboliza seu meio de sustento. Porém, diante de tantos problemas enfrentados, os agricultores familiares pensam muito antes de realizarem um plantio, criando uma descrença do cultivador para com as terras, nutrindo essa sensação especialmente nos mais jovens, que não veem a valorização pretendida nem o ganho de renda do qual precisam. Dessa forma, com a finalidade de retificar essas injustiças, o Estado Brasileiro criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que auxilia no desenvolvimento econômico regional através da fortificação da agricultura familiar. O auxílio se dá a partir da compra dos alimentos dos agricultores sem a necessidade do processo de licitação e pagando melhor do que comprando em mercados, enquanto os agricultores podem plantar em suas terras com a certeza de que serão beneficiados²⁴.

A partir do ano de 2016, em um governo integrado por conservadores e neoliberais, as políticas direcionadas à agricultura familiar começaram a sofrer processos sucessivos de desmonte, inclusive o PAA, que teve nos dois anos seguintes (2017-2018) uma redução no orçamento de R\$ 347.305 milhões e R\$ 232.693 milhões, respectivamente, considerados valores escassos comparados aos anos de 2003 a 2011, no auge do programa. Em 2019, o desmonte se intensificou ainda mais. Nesse mesmo ano, o PAA teve o menor orçamento desde a sua implantação, de apenas R\$ 231.403 milhões, e só não foi completamente desfeito em função das pressões vindas de

movimentos sociais e organizações de agricultores familiares⁴³.

Em 2023, o PAA teve sua retomada a partir do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, que regulamenta o programa, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023. Seu novo formato estabelece prioridade para os agricultores familiares incluídos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico; e os agricultores familiares pertencentes aos povos indígenas; comunidades quilombolas e tradicionais; assentados da reforma agrária; negros; mulheres; e juventude rural. Dessa forma, espera-se que tal iniciativa auxilie na redução das lacunas existentes, principalmente, no acesso à alimentação adequada e vida digna pela população negra⁴⁴.

Alimentação original e cultura alimentar

No processo de urbanização, além das segregações, houve alterações também na alimentação que foram motivadas pelo aumento dos locais construídos e pelo desenvolvimento de novas tecnologias, resultando na mudança dos solos, do clima, do transporte e da produção de alimentos, produção antes concentrada na agricultura familiar e nos métodos ancestrais de cultivo. Enquanto os pequenos comércios e mercearias eram substituídos por grandes mercados, os alimentos naturais eram substituídos por alimentos, em sua grande maioria, ultraprocessados, uma vez que tiveram que se adaptar ao ritmo de vida nas grandes cidades³³.

As intervenções trazidas pela vida industrial moderna despertam posturas diferentes: por um lado, tem a afeição pelas raízes e tradições, buscando não perder sua essência; por outro, há quem escolha e deseja fazer parte desse novo espaço social, absorvendo os padrões e preceitos, ao mesmo tempo que negam sua identidade original. Ainda há uma terceira via que, sem perder a conexão com suas tradições, se encontra disposta a uma nova possibilidade²⁴.

Os costumes e as preferências alimentares expressam a identificação de um povo, são definidos pelas crenças, princípios, práticas e saberes convencionais partilhados. Para os quilombolas, a terra tem extrema relevância para a manutenção da cultura, da produção de mantimentos e para a

sobrevivência, sendo um ponto insubstituível no que diz respeito à subsistência dessa população. Todavia, as desigualdades econômicas enfrentadas dificultam a continuação desses costumes. É observado que aqueles que possuem uma condição econômica melhor têm um consumo maior de frutas, carnes e leite, enquanto é observado que o consumo de arroz e feijão é maior nas famílias que possuem uma condição social menor. Os territórios financeiramente carentes dispõem de poucas lojas que vendem alimentos saudáveis, como supermercados e feiras livres^{30,32,36}.

Um estudo implementado na zona rural da Bahia mostra que adolescentes quilombolas ou não têm hábitos mais saudáveis que adolescentes da zona urbana, apesar da pouca ingestão de frutas, hortaliças e leite e alto consumo de bolachas e doces. Entre os adolescentes quilombolas, foi observada uma maior ingestão de feijão, que pode ser explicada principalmente a partir da cultura alimentar que, em crença popular, julga esse alimento como uma comida forte ou “que sustenta”³².

Faz-se necessário ampliar os estudos e os olhares referentes a cultura, valores e conhecimentos alimentares da população negra e quilombola, buscando fortalecer a identidade negra e perpetuar os saberes tradicionais.

Impactos do racismo na segurança alimentar e nutricional e saúde da população negra

A insegurança alimentar (IA) está presente em 65% dos domicílios chefiados por pessoas negras, enquanto nos lares onde as pessoas de referência são brancas, ela cai para 46,8%. Ao analisarmos a insegurança alimentar grave, ela está presente em 18,1% dos lares comandados por pessoas negras, demonstrando um predomínio importante da fome entre essa população. Enquanto na população negra houve um aumento de mais de 60,0% na proporção daquelas que convivem com a fome, dentre os brancos esse aumento foi de 34,6%, demonstrando como o primeiro grupo está mais exposto a precárias condições de acesso à alimentação adequada e saudável⁴⁵.

Estudo realizado na cidade de Salvador em 2013 já demonstrava a gravidade da situação. Foram

avaliados 1.101 domicílios que tinham em sua composição familiar estudantes de escolas públicas, nas idades de 7 a 14 anos, sendo que cerca de 71,3% dos estudantes estavam em situação de insegurança alimentar, sendo 34,2% em IA leve e 37,1% em IA moderada a grave. O estudo também apresentou relação direta dos níveis de IA com o chefe da família ser do sexo feminino, ter baixa escolaridade, ter baixa renda e ser da cor preta ou parda, aumentando em 1,6 a 2 vezes a chance nesses grupos. A insegurança alimentar e nutricional tem extensões diferentes, indo desde a preocupação com a possibilidade da falta do alimento até a fome em sua forma literal. Nesse caso, é necessário a classificação dos seus níveis, sendo a IA leve definida pela preocupação da obtenção de alimentos no futuro e a ineficácia da qualidade da alimentação; a IA moderada definida pela limitação da quantidade alimentar entre os adultos; e a IA grave, que é a diminuição quantitativa dos alimentos entre as crianças e já a presença da fome em decorrência da falta de dinheiro para comprar alimentos^{39,28,22}.

As comunidades quilombolas são tradicionalmente prejudicadas e enfrentam uma sequência de injustiças em virtude dos seus direitos básicos negados por muito tempo, além de permanecerem invisíveis aos olhos da sociedade. Nessa população, a Insegurança Alimentar e Nutricional é majoritariamente maior do que na população geral, com cerca de 64,9% contra 42%, o que está relacionado diretamente com a menor condição econômica. Essas comunidades também são impactadas pela falta de água e pelo saneamento básico escasso. Embora seja comum encontrar a desnutrição como diagnóstico nutricional, 41,9% dos quilombolas com mais de dezessete anos de idade possuem sobrepeso e 41,6% apresentam doenças crônicas não-transmissíveis^{35,22,23,37}.

Uma pesquisa realizada no Nordeste brasileiro com 1265 crianças menores de cinco anos de idade expôs que nas crianças que residiam em locais privados do acesso à atenção básica, denotaram o predomínio de 63% de maior déficit estatural, ao mesmo tempo que as crianças que moram em casas sem água tratada apresentaram 2,09 vezes mais chances de déficit estatural comparadas àquelas que têm acesso. Mesmo com os resultados das políticas focadas para a garantia de uma alimentação saudável e segura para todos e mesmo

no período de 2014, quando o Brasil sai do mapa da fome da FAO, as comunidades como essas tinham piores indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional, decorrente das desigualdades sociais, raciais e estruturais^{35,26}.

A população negra também está mais vulnerável quando se considera algumas doenças, como a doença falciforme (DF), com uma frequência de 6 a 10% e que pode se agravar quando é apresentado uma situação econômica debilitada, visto que essa doença requer uma demanda alimentar especial, como alimentos ricos em vitamina D e de minerais (cálcio, zinco e magnésio)^{6,25}.

Além da DF, consta: a diabetes mellitus (tipo II) que alcança 9% a mais os homens negros comparados aos brancos e 50% a mais as mulheres negras do que as brancas; a hipertensão arterial, alcançando 20% dos adultos e causando mais complicações em homens negros; e, por último, a deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase a qual acomete com maior frequência os meninos⁶.

O documento VIGITEL BRASIL 2018 População Negra (2019) destaca que a população negra possui um menor consumo de frutas e hortaliças, maior consumo de bebidas alcoólicas e de avaliação negativa da saúde; na análise estratificada por sexo, percebe-se uma maior frequência dos indicadores de excesso de peso e obesidade entre as mulheres negras quando comparadas às brancas e menor acesso à realização de mamografia e Papanicolau⁴⁶.

Werneck¹⁹ afirma ser visível a ampla disparidade e o tratamento desigual que a sociedade e o Sistema Único de Saúde (SUS) produzem ou sustentam, com enormes prejuízos para negros e indígenas, e que os dados indicam o profundo impacto que o racismo e as iniquidades raciais têm na condição de saúde, na carga de doenças e nas taxas de mortalidade das negras e negros de diferentes faixas etárias, níveis de renda e locais de residência.

É importante destacar que foram observadas algumas limitações, primeiro foi necessário estabelecer um corte temporal de dez anos, que pode não ter alcançado todas as pesquisas relevantes sobre o tema. Além disso, a análise temática inicial, títulos e resumos, pode ter

estabelecido imprecisões pela possível insuficiência de informações.

CONCLUSÃO

O racismo afeta diretamente o viver das pessoas negras, sendo possível observar que ser negro no Brasil está relacionado diretamente ao declínio do acesso a serviços fundamentais como saúde, educação, renda e, principalmente, alimentação, já que essa população tem maior probabilidade de estar em insegurança alimentar do que a população branca, por não terem condições de vida e acesso a alimentos de qualidade e em quantidades necessárias para a sobrevivência.

As barreiras para garantia do direito de acesso à terra e a desvalorização dos saberes e modos de produção tradicionais interferem de forma direta na manutenção das culturas e valores alimentares locais, trazendo resultados complexos para o viver do povo negro no campo.

Esta revisão também nos aponta algumas fragilidades no processo de produção do conhecimento sobre a alimentação e nutrição da população negra, com uma produção majoritária baseada na perspectiva epidemiológica, oferecendo limitadas reflexões raciais críticas e proposições de soluções para mudanças no cenário encontrado, sendo necessário novos estudos que contemplem esse olhar e ampliem tal discussão.

É visível a necessidade do fortalecimento das políticas públicas destinadas à população negra no Brasil no tocante a geração de empregos, renda, espaços reais nas tomadas de decisões nas gestões públicas e privadas, acesso à terra, a condições adequadas de cultivo e estruturas habitacionais adequadas, além de trabalhos que fortaleçam a cultura e a identidade negra no Brasil.

FINANCIAMENTO

Nada a declarar.

CONFLITOS DE INTERESSE

Nada a declarar.

FUNÇÕES DOS AUTORES

Ana Beatriz Almeida Santos: Autora principal, responsável pela coleta e tabulação dos dados, definição de tabelas e redação e revisão de todas as seções e versões do artigo. Vivian Carla Honorato dos Santos de Carvalho: Acompanhou as análises dos artigos, interpretação dos dados e colaborou na redação e revisão de todas as seções e versões do artigo. Gabriela dos Santos Vilasboas: Colaborou na redação do artigo. André Dias Araújo e Ingra Gabriela de Oliveira Almeida: Colaboraram na coleta e tabulação dos dados.

REFERÊNCIAS

- Goiz J de A. Das teorias racialistas ao genocídio da juventude negra no Brasil contemporâneo: algumas reflexões sobre um país nada cordial. *Rev Aedos* [Internet]. 2017 Feb 28 [cited 2022 Jan 31];8(19):108–27. Available from: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/68758>.
- Silva TMGS. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. *Direito UNIFACS–Debate Virtual*. 2017;(201):1–19. Available from: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4760>.
- Almeida SL. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN: 978-85-98349-74-9.
- Borret RHES. E se Dona Violeta fosse uma mulher negra? Reflexões a partir de “O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde”. *Ciênc Saúde Coletiva* [Internet]. 2022 Oct;27(10):3969–73. Available from: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CpsWrwfZV436MhRQQcgqHwD/> DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.22452021>.
- Faro A, Pereira ME. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. *Estud psicol (Natal)* [Internet]. 2011 Dec;16(3):271–8. Available from: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/tNVbv6Bxm9qrXSZdf4SMWxt/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000300009>.
- Brasil. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS*. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 44 p. ISBN 978-85-334-2515-6.
- Anunciação D et al. (Des)caminhos na garantia da saúde da população negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil. *Ciênc Saúde Coletiva* [Internet]. 2022 Oct;27(10):3861–70. Available from: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Lqd6jsjQByrvCVyxWCxkqjN/?format=html&lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.08212022>.
- Williams DR, Priest N. Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional. *Sociologias* [Internet]. 2015 Sep–Dec;17(40):124–74. Available from: <https://www.scielo.br/j/soc/a/TdR6VjTkrwxhqWcHf9VM9Fp/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-017004004>.
- De Souza ACF. *Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra: Um Resgate da Cultura Alimentar em Comunidades Quilombolas* [undergraduate thesis]. Paraná: Universidade Federal do Paraná; 2009. Available from: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/tcccomunidadeariane.pdf.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2017-2018. Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2020. Available from: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101704>.
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. *Inquérito nacional sobre a insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil* [cited 2023 Sep 5]. Available from: <http://olheparaafome.com.br>.
- Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2006.
- Jesus ACS. *Cores e valores: marcas do racismo no estado nutricional da população brasileira* [master's thesis]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública; 2021 [cited 2022 Feb 2]. Available from: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6138/tde-31052021-161337/pt-br.php> DOI: <https://doi.org/10.11606/D.6.2021.tde-31052021-161337>.
- Freitas IAD, Leal ARI, Santos SIF, Vidal NLM. Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola na Amazônia brasileira. *Rev Cuidarte* [Internet]. 2018 May 4;9(2):2187–200. Available from:

- <https://revistas.udes.edu.co/cuidarte/article/view/521>
- 15- Siqueira PJ, Dias RAC, Soares LA. População Negra e Insegurança Alimentar: Reflexões Sobre Racismo e Saúde. *Semana da Diversidade Humana* [Internet]. 2021;4(5). Available from: <https://periodicos.saolucas.edu.br/index.php/diversidadehumana/article/view/552>.
- 16- Castro FP. Imposição da fome é racismo alimentar. *RADIS* [Internet]. 2022. [cited 2023 Jan 28]. Available from: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/opiniao/pos-tudo/imposicao-da-fome-e-racismo-alimentar>.
- 17- Holanda AP. Uma reflexão sobre racismo alimentar. *NEGRÊ* [Internet]. 2020. [cited 2023 Jan 28]. Available from: <https://negre.com.br/uma-reflexao-sobre-racismo-alimentar/>.
- 18- Silva MC. Segregação racial e a saúde mental da população negra macapaense: uma violência explícita. *Rev Ar Cient – IMMES* [Internet]. 2021;4(1):38–46. Available from: <https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/492>.
- 19- Werneck J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saude soc* [Internet]. 2016 Jul–Sep;25(3):535–49. Available from: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>.
- 20- Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ* [Internet]. 29 de março de 2021. Available from: <https://www.bmj.com/content/372/bmj.n71>.
- 21- Abreu IS, Bussinguer ECA. O racismo ambiental no Brasil e seus reflexos na saúde: uma análise do uso do corante caramelo IV. *Opin jurid* [Internet]. 2017;16(32):229–43. Available from: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1692-25302017000200229&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt DOI: <https://doi.org/10.22395/ojum.v16n32a10>.
- 22- Bittencourt LS, dos Santos SMC, Pinto EJ, Aliaga MA, Ribeiro-Silva RC. Factors associated with food insecurity in households of public school students of Salvador City, Bahia, Brazil. *J Health Popul Nutr*. 2013 Dec;31(4):471–9. Available from: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3905641/>.
- 23- Cordeiro MM, Monego ET, Martins KA. Excesso de peso de estudantes quilombolas de Goiás e a insegurança alimentar em suas famílias. *Rev Nutr* [Internet]. 2014 Jul–Ago [cited 2022 Nov 8];27(4):405–12. Available from: <https://www.scielo.br/j/rn/a/XCxnMQmVCb77QyvQzxNyFPk/abstract/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-52732014000400002>.
- 24- Carvalho AS, Oliveira DS. Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuacu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. *Interface* [Internet]. 2014 [cited 2022 Oct 25];18(50):521–32. Available from: <https://www.scielo.br/j/icse/a/hwgc6LPPHWZymhqL6py6Lpf/abstract/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0804>.
- 25- Santos IN, Trevisani JJD, Reis MC, Mataratzis PSR, Cordovil K, Freitas AC, et al. Práticas Educativas na Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para as Pessoas com Doença Falciforme. *DEMÉTRA* [Internet]. 2014 Jul [cited 2022 Oct 27];9:341–56. Available from: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/10539> DOI: <https://doi.org/10.12957/demetra.2014.10539>.
- 26- Rech CM, Robertt P. Reconfigurando Práticas Sociais: As Comunidades Quilombolas e o Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande Do Sul. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)* [Internet]. 2014 Oct 3 [cited 2022 Nov 10];11(22):504–25. Available from: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/3337/0>.
- 27- Soares DA, Barreto SM. Indicadores nutricionais combinados e fatores associados em população Quilombola no Sudoeste da Bahia, Brasil. *Ciênc Saúde Coletiva* [Internet]. 2015 Mar [cited 2022 Oct 21];20(3):821–32. Available from: <https://www.scielo.br/j/csc/a/669fcpRT5hx4ZdsyjszDknz/abstract/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015203.03922014>.
- 28- Silva EKP, Medeiros DS, Martins PC, Sousa LA, Lima GP, Régo MAS, et al. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2017 [cited 2022 Oct 28]; 33(4):e00005716. Available from: <https://www.scielo.br/j/csp/a/XmQMNwcCT8jPq5gp36jv7pF/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00005716>.
- 29- Freitas IA, Rodrigues ILA, Silva IFS, Nogueira LMV. Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola na Amazônia Brasileira. *Rev Cuid* [Internet]. 2018 May/Aug;9(2):2187–200. Available from:

- http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S2216-09732018000202187&script=sci_arttext&tlng=pt DOI: <https://doi.org/10.15649/cuidarte.v9i2.521>.
- 30- Medina LPB, Barros MBA, Sousa NFS, Bastos TF, Lima MG, Szwarcwald CL. Desigualdades sociais no perfil de consumo de alimentos da população brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Rev bras epidemiol* [Internet]. 2019;22(Suppl 02):E190011.SUPL.2. Available from: [https://www.scielo.br/j/rbepid/a/3ZRTD5LVkpNDx6B4\]hSLPgK/](https://www.scielo.br/j/rbepid/a/3ZRTD5LVkpNDx6B4]hSLPgK/) DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720190011.supl.2>.
- 31- Silveira VNC, Silva GPC, Padilha LL, Frota MTBA. Factors associated with the duration of breastfeeding in quilombola women/Fatores associados a duração do aleitamento materno em mulheres quilombolas. *DEMETRA* [Internet]. 2019 Nov [cited 2022 Nov 8];14(S1):1–19. Available from: <https://go.gale.com/ps/i.do?id=GALE%7CA611825566&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=abs&issn=2238913X&p=AONE&sw=w&userGroupName=anon%7Edc968832&aty=open-web-entry> DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/DEMETRA.2019.42600>.
- 32- Sousa BC, Medeiros DS, Curvelo MHS, Silva, EKP, Teixeira CSS, Bezerra, VM, et al. Hábitos alimentares de adolescentes quilombolas e não quilombolas da zona rural do semiárido baiano, Brasil. *Ciênc saúde colet* [Internet]. 2019 [cited 2022 Oct 21];24(2):419–30. Available from: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CV3PmqZvpyfLrWMXrDrSzpQ/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.34572016>.
- 33- Lopes MS. Segregação econômica em um grande centro urbano: disparidades no consumo e no ambiente alimentar [doctor's thesis]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2019. Available from: <http://hdl.handle.net/1843/35117>.
- 34- Gomes DO, Brandão WNMP, Madeira MZA. Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais. *Rev katálysis* [Internet]. 2020 May–Ago [cited 2022 Oct 25];23(02):317–26. Available from: <https://www.scielo.br/j/rk/a/ctkpNmdTkHZthBHwMZL9Hkz/?lang=pt&format=html> DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p317>.
- 35- Silva BMA, Silveira VNC, Padilha LL, Frota MTBA. Situação de insegurança alimentar e nutricional em famílias quilombolas maranhenses. *DEMETRA* [Internet]. 2020 Ago;15:e43636. Available from: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/43636> DOI: <https://doi.org/10.12957/demetra.2020.43636>.
- 36- Cherol CCS, Ferreira AA, Salles-Costa R. Social inequalities and household food insecurity in quilombola communities in Brazil. *Rev Nutr* [Internet]. 2021 [cited 2022 Nov 9];34:e200173. Available from: <https://www.scielo.br/j/rn/a/rGC7btFzx6kS9JZmCqBMYrQ/?format=html&lang=en> DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202134e200173>.
- 37- Neves FJ, Ferreira AA, Welch JR. Estado nutricional e fatores associados ao déficit estatural em crianças menores de cinco anos de comunidades remanescentes de quilombos do Nordeste brasileiro. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2021 [cited 2022 Nov 9];37(7):e00060220. Available from: <https://www.scielo.br/j/csp/a/rcZWYDCTHmTKV8XzHNJsNFz/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00060220>.
- 38- Maia S. Neoliberalismo global, capitalismo racial e organização política de mulheres numa comunidade pesqueira quilombola do Recôncavo da Bahia. *Latin American Research Review* [Internet]. 2022 Jan;56(2):371–84. Available from: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-research-review/article/neoliberalismo-global-capitalismo-racial-e-organizacao-politica-de-mulheres-numa-comunidade-pesqueira-quilombola-do-reconcavo-da-bahia/3A91CA433F631A5EA6A033822D9504B1> DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.628>.
- 39- Silva SO, Santos SMC, Gama, CM, Coutinho GR, Santos MEP, Silva NJ. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2022 Ago [cited 2022 Oct 25];38(7):e00255621. Available from: <https://www.scielo.org/article/csp/2022.v38n7/e00255621/> DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT255621>.
- 40- Nascimento A. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1978. 184p.
- 41- IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil; [electronic report]; 2019. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.
- 42- IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 2ª ed; [electronic report]; 2022. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf.
- 43- Macedo AC. Desmonte do PAA: Efeitos na vulnerabilidade social da agricultura familiar [dissertation]. Campinas: Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 2022. Available from: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/4711>.

- 44- Brasil. Decreto nº 11.476, de 06 de Abril de 2023. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA. Diário Oficial da União, 2023. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11476.htm.
- 45- Rede PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VIGISAN. Relatório de pesquisa do GT de Monitoramento. Rio de Janeiro; 2022. Available from: <https://olheparaafome.com.br>.
- 46- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Vigitel Brasil 2018 População Negra: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas para população negra nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2018. Brasília: Ministério da Saúde; 2019. 133p. Available from: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2018_populacao_negra.pdf.